

CÂMARA DOS DEPUTADOS

CONCURSO PÚBLICO PARA

ANALISTA LEGISLATIVO

TÉCNICA LEGISLATIVA

PROVA OBJETIVA - PARTE I

INSTRUÇÕES

➤ CADERNO DE PROVA

- ◆ Cada questão valerá 1 (um) ponto.
- ◆ Abra este caderno somente após a devida autorização para o início da prova.
- ◆ Coloque o seu nome no espaço acima destinado.
- ◆ Autorizado o início da prova, verifique se esta contém 80 questões.
- ◆ É proibido anotar gabarito.
- ◆ Este caderno somente poderá ser levado pelo candidato após decorridas 3 (três) horas do início da prova. Caso contrário, o caderno deverá ser entregue ao Encarregado de Sala, que o rasgará à vista do candidato.

➤ FOLHA DE RESPOSTAS

- ◆ Cada questão apresenta 5 alternativas, havendo uma única a ser marcada.
- ◆ A marcação de mais de uma alternativa na mesma questão acarretará erro.
- ◆ Para correção, considerar-se-á, exclusivamente, a folha de respostas.
- ◆ O tempo para preenchimento dessa folha está incluído no de duração da prova, que é de 4 (quatro) horas.
- ◆ Em cada questão, preencha toda a área do círculo.
- ◆ É obrigatório o uso de caneta esferográfica com tinta preta.

➤ CONCURSO

- ◆ Nos termos do Edital n' 2/00, será excluído do concurso o candidato que, entre outros motivos, retirar-se do recinto, durante a realização da prova, sem prévia autorização, agir com descortesia para com os examinadores ou lançar mão de meios ilícitos durante o processo de seleção.



PARTE 1
Subparte 1

REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Instrução para as questões 1 a 22: Assinale a alternativa CORRETA.

QUESTÃO 1

Faça a associação quanto à natureza da tramitação das seguintes proposições:

- 1 - tramitação em regime de urgência.**
- 2 - tramitação em regime de prioridade.**
- 3 - tramitação ordinária.**

- () projetos de lei complementar e ordinária que se destinem a regulamentar dispositivo constitucional e suas alterações.**
- () proposição relativa a providências de alçada da Mesa ou que se insiram na competência legislativa da Câmara dos Deputados, em virtude de decisão judicial, em caso de declaração de Inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetiva norma constitucional.**
- () projeto de lei de iniciativa dos cidadãos, projeto de decreto legislativo que verse sobre acordo internacional, a partir de sua aprovação pelo órgão técnico específico.**

- A) 1 – 2 – 3 – 1
- B) 2 – 1 – 2 – 1
- C) 2 – 3 – 2 – 1
- D) 1 – 2 – 2 – 1
- E) 1 – 2 – 2 – 3

QUESTÃO 2

- A) As Comissões da Câmara dos Deputados são: Permanentes, Temporárias e de Inquérito.
- B) A distribuição das vagas nas Comissões Permanentes por Partidos ou Blocos Parlamentares será organizada pela Mesa logo após a fixação da respectiva composição numérica e mantida durante toda a legislatura.
- C) Considerando o total de 513 Deputados, qualquer Comissão Permanente poderá ter, no máximo, 62 Deputados e, no mínimo, 25.
- D) Em qualquer tempo da sessão legislativa, em caso de mudança de Partido por parte de Deputado Federal, é feita alteração na composição das Comissões Permanentes, a fim de se preservar o princípio constitucional da proporcionalidade partidária.
- E) Ao Deputado, ainda que sem legenda partidária, será sempre assegurado o direito de integrar, como titular, pelo menos uma Comissão Permanente, salvo se tiver sido eleito membro da Mesa.

QUESTÃO 3

- A) A discussão de proposição será sempre iniciada por Deputado favorável à matéria.
- B) A discussão será sempre iniciada pelo projeto, passando depois às emendas que lhe tenham sido oferecidas, se destacadas.
- C) Na discussão de projeto de lei de iniciativa popular, o primeiro subscritor poderá usar da palavra para discutir a matéria pelo prazo de vinte minutos, antes dos oradores inscritos para seu debate.
- D) A discussão de proposição em tramitação ordinária poderá ser encerrada, por deliberação do Plenário, a requerimento de cinco centésimos dos membros da Casa ou Líder que represente esse número, desde que a proposição tenha sido discutida pelo menos por seis oradores.
- E) A proposição em regime de urgência poderá ter sua discussão encerrada, por deliberação do Plenário, a requerimento da maioria absoluta da composição da Câmara dos Deputados ou de Líderes que representem esse número, desde que a mesma tenha sido discutida por, no mínimo, quatro oradores.

QUESTÃO 4

- A) Constituir-se-á Comissão Especial para proferir parecer no caso de representação para perda de mandato de Deputado Federal por falta de decoro parlamentar.
- B) A proposição que verse matéria da competência de mais de três Comissões que devam pronunciar-se quanto ao seu mérito, uma vez discutida e votada na Comissão Especial, será encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça e de Redação para parecer quanto à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.
- C) A proposição que tenha parecer de Comissão Especial, se emendada no Plenário da Câmara dos Deputados, retoma para parecer às emendas, criando-se para isso nova Comissão Especial.
- D) As emendas de mérito à proposta de emenda à Constituição são apresentadas exclusivamente na Comissão Especial, ressalvadas eventuais emendas aglutinativas.
- E) Pelo menos metade dos membros titulares da Comissão Especial constituída para proferir parecer sobre proposições que versem matéria da competência, quanto ao mérito, de mais de três Comissões será composta por membros titulares e suplentes oriundos dessas Comissões.

QUESTÃO 5

- A) O prazo para vista do processo na Comissão é de duas sessões, salvo se a matéria estiver em regime de urgência, hipótese em que esse prazo é de uma sessão.
- B) Na hipótese de um segundo pedido de vista consecutivo para a mesma matéria, a vista somente poderá ser conjunta e na própria Comissão.
- C) Todas as questões de ordem levantadas em Comissão serão levadas ao Presidente da Câmara para decisão final.
- D) A matéria que for objeto de questão de ordem no âmbito da Comissão terá sua tramitação sustada até a decisão do Presidente da Câmara.
- E) A proposta de fiscalização e controle tem sua tramitação circunscrita ao âmbito das Comissões.

QUESTÃO 6

Em 24 de agosto de 2000, o número de membros de cada Partido ou Bloco Parlamentar na Câmara dos Deputados é o seguinte:

| | |
|--------------------------|-----|
| PFL | 105 |
| PSDB | 102 |
| BLOCO PMDB/PST/PTN | 101 |
| PT..... | 058 |
| PPB | 058 |
| PTB..... | 026 |
| PDT | 021 |
| BLOCO PSB/PcdoB | 020 |
| BLOCO PL/PSL | 016 |
| PPS | 011 |
| PRTB..... | 002 |
| PV | 001 |
| PHS | 001 |
| PSC | 001 |

SEM PARTIDO.....002

TOTAL DE DEPUTADOS513

À vista dos números acima e se for considerado que, naquela data, expressavam, em relação ao Governo, posição diversa da Maioria, o PV, o PPS, o BLOCO PL/PSL, o BLOCO PSB/ PCdoB, o PDT e o PT, pode-se afirmar que constituem, na mesma data, MAIORIA E MINORIA na Câmara dos Deputados, as seguintes agremiações partidárias, respectivamente:

- A) PFL - PV
- B) PFL - PPS
- C) PFL - PT
- D) PFL - BLOCO PMDB/PST/PTN
- E) PSDB - PT

QUESTÃO 7

Ordene as afirmativas, segundo os conceitos de V (Verdadeiro) ou F (Falso):

- () a Câmara dos Deputados reunir-se-á durante as sessões legislativas ordinárias, de 15 de fevereiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 15 de dezembro. Essas datas poderão ser alteradas na hipótese de convocação extraordinária do Congresso Nacional.
- () se até 30 de junho não for votada a lei de diretrizes orçamentárias, a Câmara dos Deputados continuará funcionando, sem interrupção, em caráter extraordinário, no mês de julho, até que a referida lei seja votada.
- () a primeira sessão legislativa de cada legislatura será sempre precedida de sessões preparatórias destinadas, respectivamente, à tomada de compromisso solene dos Deputados empossados e à eleição do Presidente, dos demais membros da Mesa e dos Suplentes de Secretários.
- () o processo eleitoral previsto no art. 224, caput, do Regimento Interno, para escolha dos Deputados que irão compor, durante o recesso, a Comissão Representativa, não ocorrerá quando o Congresso for convocado em caráter extraordinário para o mesmo período.
- () quando for convocado extraordinariamente o Congresso Nacional, poderá ser submetida à deliberação a proposição para a qual tenha sido aprovada urgência, nos termos do art. 155 do Regimento Interno, ainda que a referida proposição não tenha sido objeto da convocação.

- A) F – V – V – F – F
- B) F – F – V – F – F
- C) F – V – V – V – V
- D) F – V – F – V – V
- E) V – V – V – F – F

QUESTÃO 8

- A) Mediante requerimento aprovado pela maioria de seus membros, permitir-se-á a reunião de Comissão Permanente fora da sede da Câmara dos Deputados.
- B) As Comissões Parlamentares de Inquérito poderão atuar também durante o recesso parlamentar, ainda que não tenha havido convocação extraordinária do Congresso Nacional.
- C) Somente poderão funcionar simultaneamente na Câmara dos Deputados cinco Comissões Parlamentares de Inquérito criadas a requerimento de um terço de seus membros e uma mediante projeto de resolução aprovado pelo Plenário.
- C) As Comissões Parlamentares de Inquérito podem, observada a legislação pertinente, requisitar os serviços de quaisquer autoridades, exceto as policiais.
- E) O relatório final de Comissão Parlamentar de Inquérito será encaminhado pela Presidente da Comissão à Mesa, ao Ministério Público da União ou à Advocacia-Geral da União, ao Poder Executivo, à Comissão Permanente que tenha maior pertinência com a matéria, à Comissão Mista de Orçamento e ao Tribunal de Contas da União.

QUESTÃO 9

Faça a associação:

1 - atribuição da Mesa da Câmara dos Deputados.

2 - atribuição do Presidente da Câmara dos Deputados.

- () conferir a membros da Mesa atribuições ou encargos referentes aos serviços legislativos e administrativos da Casa.
- () zelar pelo prestígio e decoro da Câmara dos Deputados, bem como dignidade e respeito às prerrogativas constitucionais de seus membros, em todo o território nacional.
- () fixar, no início da primeira e da terceira sessões legislativas da legislatura ouvido o Colégio de Líderes, o número de Deputados por Partido ou Bloco Parlamentar em cada Comissão Permanente.
- () promulgar as resoluções da Câmara dos Deputados.
- () apreciar e encaminhar pedidos escritos de informação a Ministros de Estado, nos termos do art. 50, § 22 da Constituição Federal.

- A) 2 – 2 – 1 – 1 – 2
- B) 1 – 2 – 2 – 2 – 1
- C) 2 – 1 – 1 – 1 – 1
- D) 1 – 1 – 2 – 2 – 1
- E) 1 – 2 – 1 – 2 – 1

QUESTÃO 10

Faça a associação:

- 1 - Projeto de resolução
- 2 - Projeto de decreto legislativo
- 3 - Indicação
- 4 - Parecer

- () proposição que sugere a manifestação de uma ou mais Comissões acerca de determinado assunto, visando à elaboração de projeto sobre matéria de iniciativa da Câmara dos Deputados.
- () proposição com que uma Comissão se pronuncia sobre qualquer matéria sujeita a seu estudo.
- () proposição destinada a regular matérias de exclusiva competência do Poder Legislativo, sem a sanção do Presidente da República.
- () proposição destinada a regular, com eficácia de lei ordinária, matérias da competência privativa da Câmara dos Deputados.

- A) 3 – 4 – 1 – 2
- B) 4 – 3 – 1 – 2
- C) 4 – 3 – 2 – 1
- D) 3 – 4 – 2 – 1
- E) 4 – 2 – 3 – 1

QUESTÃO 11

- I- O Deputado que perder o lugar numa Comissão a ele não poderá retornar na mesma legislatura.
- II- O membro suplente não poderá ser eleito Presidente ou Vice-Presidente de Comissão.
- III- O Suplente de Deputado, quando convocado em caráter de substituição, não poderá ser escolhido para os cargos de Presidente ou Vice-Presidente de Comissão.
- IV- O Presidente de Comissão poderá funcionar como Relator ou Relator substituto e poderá votar nas deliberações da Comissão.

São corretas somente:

- A) I, II e IV.
- B) I, II e III.
- C) II, III e IV.
- D) II e III.
- E) III e IV.

QUESTÃO 12

- I- Às Comissões Permanentes é vedado fazer o acompanhamento e a fiscalização orçamentária dos programas governamentais relativos ao seu campo temático, se estes programas estiverem relacionados à área de competência da Comissão Mista de Orçamento.
- II - Nenhuma Comissão Permanente poderá contar com mais de três Subcomissões Permanentes e de duas Subcomissões Especiais em funcionamento simultâneo.
- III - Mediante proposta da maioria de seus membros, as Comissões Permanentes poderão constituir, dentre seus próprios componentes, Subcomissões Permanentes, com poder decisório sobre a parte das matérias do respectivo campo temático a elas reservada.
- IV - As Comissões Permanentes que não constituírem Subcomissões Permanentes poderão ser divididas em duas Turmas, excluído o Presidente, ambas sem poder decisório.
- V - Em relação às Comissões Temporárias, se no prazo de quarenta e oito horas após criar-se a Comissão, os Líderes não fizerem a indicação dos membros de seu Partido que irão compô-la, o Presidente da Câmara dos Deputados designá-los-á de ofício.

Das afirmativas, são corretas:

- A) somente II, IV e V.
- B) somente III, IV e V.
- C) somente I, II e V.
- D) somente I, III e IV.
- E) todas.

QUESTÃO 13

- A) Nenhuma matéria poderá ficar inscrita na Ordem do Dia da sessão plenária para discussão por mais de quatro sessões.
- B) Uma vez encerrada a discussão da matéria, não será possível reabri-la.
- C) É possível, a requerimento de Líder e por deliberação do Plenário, dispensar-se a discussão de proposição, vedada, nessa hipótese, a apresentação de emendas.
- D) A discussão de um projeto de lei poderá ser iniciada, mesmo que o número de Deputados presentes em Plenário, verificado pelo painel eletrônico, seja inferior a duzentos e cinqüenta e sete Deputados.
- E) Se a presença nos debates for inferior a um décimo do número total de Deputados, a sessão da Câmara dos Deputados deverá ser levantada, antes do prazo previsto para o término dos trabalhos.

QUESTÃO 14

É forma de participação da sociedade civil nos trabalhos da Câmara dos Deputados:

- I - apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei de iniciativa popular, subscrito por, no mínimo, um centésimo do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três milésimos dos eleitores de cada um deles.
- II - oferecimento às Comissões ou à Mesa de petições, reclamações ou representações por qualquer pessoa física ou jurídica contra ato ou omissão das autoridades e entidades públicas, ou imputados a membros da Casa.
- III - oferecimento de pareceres técnicos, exposições e propostas oriundas de entidades científicas e culturais, de associações e sindicatos e demais instituições representativas.
- IV - depoimento, como convidados em reunião de audiência pública de Comissão, de membros de representação diplomática estrangeira, em assuntos atinentes às relações ou acordos internacionais.
- V - oferecimento à Casa, através de suas Comissões, às Lideranças e aos Deputados em geral e à Consultoria Legislativa, de esclarecimentos específicos por parte de representantes de entidades de grau superior, de empregados e empregadores, autarquias profissionais e outras instituições de âmbito nacional da sociedade civil, credenciados junto à Mesa.

Completam corretamente o enunciado somente:

- A) II, III e V.
- B) II, III, IV e V.
- C) I, II e V.
- D) I, II, III e V.
- E) I, III e IV.

QUESTÃO 15

Requerimento de urgência NÃO pode ser submetido à deliberação do Plenário se apresentado por:

- A) três quintos dos membros da Câmara dos Deputados, quando se tratar de proposta de emenda à Constituição.
- B) dois terços dos membros da Mesa, quando se tratar de matéria da competência desta.
- C) um terço dos membros da Câmara dos Deputados, ou Líderes que representem esse número.
- D) dois terços dos membros de Comissão competente para opinar sobre o mérito da proposição.
- E) maioria absoluta da Câmara dos Deputados para inclusão automática na Ordem do Dia, para discussão e votação imediata, da proposição objeto do requerimento.

QUESTÃO 16

- I - O Deputado poderá obter licença para tratar, sem remuneração, de interesses particulares, desde que o afastamento não ultrapasse 120 dias por legislatura.**
- II - A licença para tratamento de saúde poderá ser concedida a qualquer tempo, ainda que a Câmara dos Deputados não se esteja reunindo em razão do recesso constitucional.**
- III - As vagas na Câmara dos Deputados verificar-se-ão em virtude de falecimento, renúncia, perda de mandato ou infidelidade partidária.**
- IV - O Deputado que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado perderá o mandato, se assim for decidido pela Câmara dos Deputados, em escrutínio secreto e por maioria absoluta de votos, mediante provocação da Mesa ou de Partido com representação no Congresso Nacional, assegurada ampla defesa.**
- V - A declaração de renúncia do Deputado ao mandato, dirigida por escrito à Mesa, produz efeitos imediatos, por se tratar de manifestação unilateral de vontade, tornando-se efetiva e irretratável no momento de sua entrega à Mesa.**

Das afirmativas somente:

- A) I e IV são corretas.
- B) II e III são corretas.
- C) IV é correta.
- D) II e V são corretas.
- E) I é correta.

QUESTÃO 17

- A) O parecer terminativo da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação quanto à constitucionalidade e juridicidade da matéria é irrecorrível, devendo a proposição com parecer pela inconstitucionalidade ser encaminhada ao arquivo.
- B) No caso de matéria distribuída por dependência para tramitação conjunta, cada Comissão competente deve, em seu parecer, pronunciar-se em relação à proposição que tem precedência e a todas as apensadas.
- C) O Presidente de Comissão pode, de ofício ou mediante provocação de qualquer membro da Comissão, declarar prejudicada proposição pendente de deliberação e, em consequência, determinar o seu arquivamento.
- D) Os membros de Comissão podem, durante a discussão, usar da palavra por dez minutos, improrrogáveis.
- E) O autor da proposição deverá ser notificado, com antecedência mínima de cinco sessões da data em que sua proposição será discutida em Comissão técnica, salvo se esta estiver em regime de urgência.

QUESTÃO 18

Qualquer cidadão pode oferecer denúncia à Câmara dos Deputados contra o Presidente da República, o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado, por crime de responsabilidade. A esse respeito, NÃO se pode afirmar:

- A) o parecer da Comissão Especial, concluindo pelo deferimento ou indeferimento do pedido de autorização, será submetido à deliberação do Plenário, em votação secreta, sendo admitida a instauração do processo contra o denunciado, se nesse sentido forem obtidos os votos da maioria absoluta dos membros da Casa.
- B) tendo recebido a denúncia, verificado a existência de todos os requisitos e feito a leitura na sessão seguinte, o Presidente da Câmara dos Deputados despachá-la-á à Comissão Especial eleita, da qual deverão participar, observada a respectiva proporção, representantes de todos os Partidos.
- C) se o Presidente da Câmara dos Deputados indeferir o recebimento, caberá recurso ao Plenário.
- D) o denunciado terá o prazo de dez sessões, contadas do recebimento da denúncia, para, caso queira, manifestar-se; e a Comissão, o de cinco sessões para emitir parecer, contadas da manifestação do acusado ou do término do prazo para esse fim previsto.

- E) o não-encaminhamento de documentos que comprovem a denúncia não impede que a mesma seja recebida, desde que, diante da impossibilidade de apresentá-los, o denunciante reconheça isto em declaração escrita, com a indicação do local onde os mesmos possam ser encontrados, bem como, se for o caso, do rol das testemunhas, em número de cinco, no mínimo.

QUESTÃO 19

- A) Sessões ordinárias da Câmara dos Deputados são aquelas que se realizam apenas uma vez por dia, em todos os dias úteis, de segunda a sexta-feira, durante as sessões legislativas ordinárias.
- B) Durante o período de convocação extraordinária do Congresso Nacional, todas as sessões da Câmara dos Deputados são extraordinárias.
- C) Nas sessões extraordinárias, não haverá Grande Expediente, iniciando-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia logo após o Pequeno Expediente.
- D) A sessão extraordinária será convocada pela Mesa da Câmara dos Deputados, pelo Colégio de Líderes, ou por deliberação do Plenário, a requerimento de qualquer Deputado.
- E) A cada mês, o limite de realização de sessões solenes, por deliberação do Plenário, é de duas sessões.

QUESTÃO 20

Um projeto de lei, ao iniciar tramitação, foi distribuído pelo Presidente da Câmara dos Deputados às seguintes Comissões, pela ordem:

- **Comissão de Seguridade Social e Família;**
- **Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público;**
- **Comissão de Finanças e Tributação (art. 54);**
- **Comissão de Constituição e Justiça e de Redação (art. 54).**

A esse projeto inicial, que tem a precedência, foi pensado um outro projeto.

Pelo despacho do Presidente foi atribuída à matéria, por sua natureza, tramitação conclusiva, ou seja, tramitação nos termos do art. 24, caput e inciso II, dispensando-se a competência do Plenário para sua apreciação.

Não houve emendas.

As Comissões, cada qual a seu tempo, aprovaram os seguintes pareceres:

Comissão de Seguridade Social e Família - parecer pela aprovação do projeto que tem a precedência e pela rejeição do apensado.

Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público - parecer pela aprovação do projeto que tem a precedência e também do apensado, na forma do substitutivo apresentado.

Comissão de Finanças e Tributação - parecer pela adequação financeira e orçamentária do projeto que tem a precedência, do apensado e do substitutivo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.

Comissão de Constituição e Justiça e de Redação - parecer pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa de todos os projetos e do substitutivo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.

Pode-se afirmar:

- A) o passo seguinte na tramitação da matéria será a sua publicação, com os respectivos pareceres, e o envio à Mesa até a sessão subsequente para anúncio na Ordem do Dia e conseqüente abertura de prazo de cinco sessões para apresentação de recurso, nos termos do art. 58, § 2º, 1, da Constituição Federal de 1988.
- B) a matéria passa à competência do Plenário, por ter recebido pareceres divergentes das Comissões encarregadas de examinar o seu mérito.
- C) a votação em Plenário começará pelo projeto inicial.
- D) se rejeitado o projeto inicial, será votado a seguir o substitutivo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.
- E) se aprovado o projeto inicial, estarão prejudicados o substitutivo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público e o projeto apensado.

QUESTÃO 21

Faça a associação quanto ao prazo:

- 1 - cinco sessões**
- 2 - duas sessões**
- 3 - dez sessões**

() para a Comissão de Constituição e Justiça e de Redação proferir parecer de admissibilidade em relação às propostas de emenda à Constituição.

- () para oferecimento de recurso a fim de que matéria aprovada em caráter conclusivo pelas Comissões seja submetida à apreciação do Plenário.
- () para oferecimento de parecer pelas Comissões, quando se tratar de matérias em regime de prioridade.
- () de interstício entre a distribuição de avulsos dos pareceres das Comissões e o início da discussão ou votação correspondente.
- () de interstício entre o primeiro e o segundo turnos de discussão e votação de proposta de emenda à Constituição.
- () para a elaboração da redação final dos projetos em tramitação ordinária.

- A) 1 – 1 – 3 – 1 – 1 – 3
- B) 3 – 1 – 3 – 1 – 1 – 2
- C) 3 – 2 – 3 – 2 – 3 – 1
- D) 1 – 1 – 3 – 2 – 1 – 3
- E) 1 – 3 – 1 – 1 – 2 – 1

QUESTÃO 22

- A) O Deputado, exceto se Líder de Partido ou de Bloco Parlamentar, somente poderá participar dos trabalhos da Comissão de que seja membro.
- B) Regra geral, as Comissões têm o prazo de duas sessões para examinar matéria em regime de urgência.
- C) A Comissão poderá, mediante requerimento de um décimo de seus membros, aprovado pela maioria absoluta da respectiva composição plenária, incluir matéria na Ordem do Dia para apreciação imediata, desde que publicada e distribuída em avulsos ou cópias.
- D) À Comissão é permitido, exclusivamente sob forma de substitutivo, oferecer parecer abrangente sobre a matéria, ainda que parte dele não seja de sua atribuição específica.
- E) Salvo disposição constitucional em contrário, as deliberações das Comissões serão tomadas por maioria dos votos, presente a maioria absoluta de seus membros, prevalecendo em caso de empate o voto do Relator.

Instrução para as questões de 23 a 30:

Assinale a alternativa INCORRETA.

QUESTÃO 23

- A) O tempo máximo de prorrogação da sessão da Câmara dos Deputados é de uma hora.
- B) Na sessão extraordinária é possível a inclusão, na Ordem do Dia, para apreciação imediata, ainda que iniciada a sessão, de matéria de relevante e inadiável interesse nacional, objeto de requerimento de urgência apresentado pela maioria absoluta dos membros da Câmara dos Deputados, aprovado pela maioria absoluta dos Deputados.
- C) A ata da sessão plenária da Câmara dos Deputados será considerada aprovada pelo Presidente, não sendo necessária submetê-la a votos.
- D) Matérias não apreciadas da pauta da sessão anterior constarão da Ordem do Dia com precedência sobre outras dos grupos a que pertençam.
- E) Entre os projetos em regime de prioridade têm preferência sobre as demais as proposições de iniciativa da Mesa ou de Comissões Permanentes.

QUESTÃO 24

Em relação ao exercício do mandato parlamentar:

- A) os Deputados serão submetidos a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal.
- B) os Deputados não poderão, desde a expedição do diploma, ser titulares de mais de um cargo ou mandato público eletivo.
- C) o Deputado não pode afastar-se do território nacional sem que dê ciência prévia à Câmara dos Deputados, por intermédio da Presidência.
- D) o membro da Mesa que se desvincular de sua bancada não perde o direito ao cargo que ocupa na Mesa.
- E) o Deputado investido no cargo de Secretário de Prefeitura de capital não perde o direito à imunidade parlamentar.

QUESTÃO 25

- A) Proposta de emenda à Constituição somente poderá ser retirada de tramitação a requerimento de metade mais um do mínimo de assinaturas necessárias ao seu trâmite.
- B) É vedada a retirada de assinaturas em requerimento de criação de Comissão Parlamentar de Inquérito depois de sua apresentação à Mesa.
- C) É permitida a retirada de assinaturas em projeto de resolução que propõe criação de Comissão Parlamentar de Inquérito antes da publicação deste.
- D) A proposição que tenha recebido pareceres favoráveis de todas as Comissões competentes para opinar sobre seu mérito somente poderá ser retirada de tramitação por decisão do Plenário.
- D) A proposição arquivada ao final da legislatura poderá ser desarquivada a requerimento de seu autor ou autores, em até cento e oitenta dias, contados do início da primeira sessão legislativa ordinária da legislatura subsequente.

QUESTÃO 26

Em relação ao processamento da votação:

- A) as emendas oferecidas por uma Comissão, se sobre elas não houver manifestação em contrário de outra, serão votadas no grupo de emendas com parecer favorável.
- B) projeto de lei complementar foi distribuído às Comissões de Educação, Cultura e Desporto; de Trabalho, de Administração e Serviço Público; de Constituição e Justiça e de Redação. Em 5/4/00, a Comissão de Educação, Cultura e Desporto emitiu parecer pela aprovação, com substitutivo. Em 17/5/00, a Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público adotou parecer pela aprovação do projeto, também com substitutivo. A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação opinou pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa. Nessas condições, irá a votos, em primeiro lugar, o substitutivo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.
- C) se o projeto for rejeitado, estarão prejudicadas todas as emendas a ele oferecidas.
- D) a matéria constante de projeto de lei rejeitado, de iniciativa do Presidente da República, somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, por iniciativa do Autor, aprovada pela maioria absoluta dos Deputados.
- E) a emenda declarada inconstitucional ou injurídica pela Comissão de Constituição e Justiça e de Redação ou financeira e orçamentariamente incompatível pela Comissão de Finanças e Tributação em hipótese alguma será submetida a votos.

QUESTAO 27

Em relação às regras para o processamento da votação:

- A) as emendas com subemendas poderão ser votadas em grupo, mediante proposta de qualquer Deputado ou Comissão, aprovada pelo Plenário.
- B) na hipótese de projeto sem substitutivo, mas a que foram oferecidas emendas, votar-se-ão em primeiro lugar as emendas e por último o projeto.
- C) será votada isoladamente, por ter recebido pareceres divergentes, a emenda que tenha obtido parecer contrário de todas as Comissões competentes para examinar o mérito e parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa.
- D) as propostas de emenda à Constituição serão votadas antes das matérias em regime de tramitação ordinária.
- E) a aprovação de substitutivo prejudica o projeto e as emendas a este oferecidas, ressalvadas as emendas ao substitutivo e todos os destaques.

QUESTÃO 28

Em relação às normas regimentais de administração e economia interna da Câmara dos Deputados:

- A) as despesas da Câmara dos Deputados serão ordenadas pelo seu Diretor-Geral.
- B) as reclamações sobre irregularidades nos serviços administrativos somente poderão ser levadas ao Plenário, após transcorridas setenta e duas horas de seu encaminhamento à Mesa, sem que esta tenha adotado providência até então.
- C) o delito cometido por algum Deputado nos edifícios da Câmara dos Deputados será inicialmente objeto de instauração de inquérito, a ser presidido pelo diretor de serviços de segurança.
- D) a prestação de contas da Câmara dos Deputados relativa ao exercício anterior será encaminhada pelo Presidente ao Tribunal de Contas da União até trinta de junho de cada ano.
- E) são princípios que, entre outros, regem os serviços administrativos da Câmara dos Deputados: descentralização administrativa e adoção de política de valorização de recursos humanos, através de programas e atividades permanentes e sistemáticas de capacitação, treinamento, desenvolvimento e avaliação profissional.

QUESTÃO 29

Em relação aos projetos de código:

- A) o projeto de código enviado pelo Presidente da República com solicitação de urgência, consoantes os §§ 1º, 2º e 3º do art. 64 da Constituição Federal de 1988, obedecerá ao prazo de quarenta e cinco dias de seu recebimento para manifestação definitiva do Plenário, sobrestando-se a deliberação sobre os demais assuntos se, findo esse prazo, a Câmara dos Deputados não tiver deliberado sobre a matéria.
- B) o prazo para apresentação de emendas ao projeto, diretamente na Comissão Especial, é de vinte sessões consecutivas, a partir da instalação da referida Comissão.
- C) somente podem tramitar simultaneamente dois projetos de código.
- D) os Relatores-Parciais e o Relator-Geral terão, respectiva e consecutivamente, os prazos de dez e quinze sessões para emitir parecer, após encerrado o período de apresentação de emendas ao projeto,
- E) havendo oradores inscritos, a discussão de projeto de código não poderá ser encerrada antes de transcorridas cinco sessões.

QUESTÃO 30

- A) No caso de projeto sujeito à apreciação conclusiva, as emendas ao substitutivo oferecido pelo Relator podem ser oferecidas em Comissão por qualquer Deputado, individualmente, e, se for o caso, com o apoio necessário.
- B) A apresentação de substitutivo por Comissão é prerrogativa exclusiva da que for competente para opinar sobre o mérito da matéria, exceto quando se destinar a aperfeiçoar a técnica legislativa.
- C) O prazo para apresentação de emendas em Comissão é de cinco sessões, após a publicação de aviso, na Ordem do Dia das Comissões, para as matérias sujeitas à apreciação conclusiva.
- D) As emendas de Plenário a matéria que tramita em regime de urgência deverão ser subscritas por um quinto dos membros da Câmara dos Deputados ou Líderes que representem esse número.
- E) As emendas aglutinativas podem ser apresentadas em Plenário, mesmo com a matéria já em fase de votação.

Subparte 2

DIREITO CONSTITUCIONAL

Instrução para as questões 31 a 55: Assinale a alternativa CORRETA.

QUESTÃO 31

Em relação ao Poder Judiciário:

- A) a sujeição dos demais Poderes e dos órgãos do Poder Judiciário às decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal nas ações declaratórias de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal, configura a eficácia contra todos e o efeito vinculante, consoante dispõe o § 2º do art. 102 da Constituição Federal de 1988.
- B) declarada a inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetiva norma constitucional, será dada ciência ao Poder competente, para a adoção das providências necessárias no prazo de trinta dias.
- C) funcionará junto ao Superior Tribunal de Justiça o Conselho da Justiça Federal com a finalidade de, na forma da lei, exercer a supervisão administrativa e orçamentária, a correição e o poder disciplinar em relação à Justiça Federal de primeiro e segundo graus.
- D) aos juizes federais compete processar e julgar as causas entre Estado estrangeiro e Município.
- E) compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente, os conflitos de atribuições entre autoridades administrativas da União e dos Estados, ou entre as de um e de outro Estado.

QUESTÃO 32

Conforme dispõe a Constituição Federal de 1988, entre as finalidades do sistema de controle interno mantido em cada Poder, pode-se apontar a de:

- A) avaliar o desempenho da gestão e dos responsáveis pelas finanças públicas.
- B) avaliar os resultados da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.
- C) supervisionar a prestação de contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta.
- D) avaliar o cumprimento das metas e prioridades da administração pública federal para o exercício financeiro, fixadas na lei de diretrizes orçamentárias, e emitir parecer conclusivo à consideração dos órgãos do sistema de controle externo.
- E) atender às orientações e recomendações do sistema de controle externo no exercício de suas atividades.

QUESTÃO 33

Sobre direitos e partidos políticos e a organização político-administrativa:

- A) a ação de impugnação de mandato eletivo será proposta perante a Justiça Eleitoral, desde a diplomação e antes da posse do eleito, nos casos de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.
- B) aos partidos políticos é assegurado o acesso gratuito aos veículos de mídia, na forma da lei.
- C) em cada Estado da Federação, os Municípios reger-se-ão por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Assembléia Legislativa, que a promulgará, atendidos os preceitos das Constituições Federal e Estadual.
- D) é possível, em face da competência legislativa privativa da União, serem os Estados autorizados, mediante lei complementar, a legislar sobre questões específicas relativas aos mesmos assuntos.
- E) ao Distrito Federal são atribuídas, cumulativamente, todas as competências reconhecidas aos Estados e Municípios.

QUESTÃO 34

À luz dos princípios fundamentais que informam a República Federativa do Brasil, é lícito afirmar que:

- A) os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político, entre outros fundamentos, caracterizam o Estado social-democrático brasileiro.
- B) nas relações internacionais, serão observadas, entre outros princípios, a prevalência dos direitos sociais e humanos, a liberdade de comércio e de cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.
- C) o Brasil buscará a formação de uma comunidade de nações via integração econômica, política, social e cultural dos povos do continente.
- D) entre os objetivos do Estado brasileiro, alinham-se a redução ou a erradicação da pobreza, da violência, da marginalização, das desigualdades e dos preconceitos sociais.
- E) a Constituição Federal de 1988 abre as perspectivas de realização da justiça social e de institucionalização do Estado Social de Direito, mediante a construção da democracia econômica, social e cultural e participativa, sem avançar significativamente rumo à democracia econômica nem comprometer-se com a transição para o socialismo.

QUESTÃO 35

Sobre o Poder Legislativo:

- I - Lei complementar é aprovada por quórum mínimo da maioria absoluta da composição de cada Casa do Congresso Nacional.
- II - Ao Presidente da República, no prazo de quinze dias após receber os autógrafos do Congresso Nacional, ou ao Presidente do Senado Federal, em igual prazo, sucessivamente, se não o fizer aquele, cabe vetar ou sancionar projeto de lei.
- III - É competência privativa do Senado Federal e da Câmara dos Deputados eleger, cada qual, dois de seus membros para compor o Conselho da República.
- IV - Cabe ao Congresso Nacional sustar a execução do ato impugnado, em caso de ilegalidade da despesa que lhe for comunicada pelo Tribunal de Contas da União.
- V - Lei própria de cada entidade federativa poderá sujeitar os contratos de obras, serviços, compras e alienações celebrados pelo Poder Executivo à prévia aprovação do Poder Legislativo correspondente, no exercício dos poderes de fiscalização contábil, financeira e orçamentária e do controle externo, consoante o texto constitucional e o entendimento do Supremo Tribunal Federal.

Pode-se afirmar que:

- A) somente I, III e IV estão corretos.
- B) somente II e V estão incorretos.
- C) somente V está correto.
- D) todos estão corretos.
- E) todos estão incorretos.

QUESTÃO 36

Integram, concomitantemente, o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional:

- A) os líderes da maioria e da minoria na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.
- B) o Vice-Presidente da República e o Ministro da Justiça.
- C) o Presidente da Câmara dos Deputados e o Ministro das Relações Exteriores.
- D) o Ministro de Estado da Defesa.
- E) o Ministro de Estado convocado.

QUESTÃO 37

Considerando os enunciados pertinentes aos direitos fundamentais:

- I - As disposições da Constituição Federal de 1988 relativas à associação profissional ou sindical são extensivas aos sindicatos rurais, colônias de pescadores, associações de produtores, cooperativas de garimpeiros e artesãos, atendidas as condições que a lei estabelecer.**
- II - É assegurado o direito de greve aos trabalhadores em geral, que o exercerão nos termos e nos limites definidos em lei.**
- III - Representantes dos trabalhadores e empregadores e da sociedade civil têm direito de integrar os colegiados dos órgãos públicos reguladores das atividades de cada setor.**
- IV - Aos naturais de países de língua portuguesa, com residência permanente, serão atribuídos os direitos inerentes aos brasileiros naturalizados, salvo os casos previstos na Constituição Federal de 1988 e desde que haja reciprocidade em favor dos brasileiros.**
- V - Entre os cargos privativos de brasileiro nato estão os da magistratura, do Ministério Público e das carreiras diplomática e militar.**

Pode-se afirmar que:

- A) somente I, II e III estão corretos.**
- B) somente I e IV estão corretos.**
- C) somente II e V estão incorretos.**
- D) todos estão corretos.**
- E) todos estão incorretos.**

QUESTÃO 38

O controle direto de constitucionalidade, no plano federal, pode ser instaurado por iniciativa de alguns legitimados, entre os quais:

- I - Advogado-Geral da União.**
- II - Presidente de qualquer das Casas do Congresso Nacional ou de Assembléia Legislativa.**
- III - Presidente da República ou Governador de Estado.**
- IV - Presidente de partido político com registro no Tribunal Superior Eleitoral.**
- V - Presidente do Conselho Federal ou Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil.**

Pode-se afirmar que:

- A) somente II, III e IV estão corretos.
- B) somente II e V estão incorretos.
- C) somente III está correto.
- D) todos estão corretos.
- E) todos estão incorretos.

QUESTÃO 39

Além de outros, na forma da lei, os incentivos regionais poderão consistir em:

- I - isenções ou reduções de tributos visando ao desenvolvimento e à erradicação ou diminuição das desigualdades regionais.**
- II - igualdade de itens de custos e preços de responsabilidade do poder público.**
- III - juros favorecidos para incremento de atividades nas áreas de baixa renda.**
- IV - diferimento temporário de quaisquer tributos devidos por pessoas físicas ou jurídicas.**
- V - prioridade para o aproveitamento econômico e social dos rios e das massas de água represadas ou represáveis nas regiões sujeitas a secas periódicas ou inundações.**

Pode-se afirmar que:

- A) somente III e V estão corretos.
- B) somente II está correto.
- C) somente I e IV estão incorretos.
- D) todos estão corretos.
- E) todos estão incorretos.

QUESTÃO 40

Sobre política urbana, política agrícola e fundiária:

- A) a Constituição Federal de 1988 estabelece que a função social da propriedade urbana se demonstra com o atendimento das exigências fundamentais de ocupação racional e edificação do solo, expressas no plano diretor.
- B) o proprietário do solo urbano não edificado ficará sujeito, sucessivamente, ao aumento progressivo da alíquota do imposto predial e territorial urbano, ao parcelamento ou

edificação compulsórios, ou à desapropriação com pagamento de indenização em títulos da dívida pública municipal, assegurado o valor fiscal do imóvel.

- C) a alienação ou concessão de terras públicas, independentemente da área respectiva, para fins de reforma agrária prescindem de prévia aprovação do Congresso Nacional.
- D) a função social da propriedade rural é cumprida quando atende, conjuntamente, segundo critérios e graus de exigência fixados em lei, diversos requisitos, entre os quais aproveitamento racional e adequado das áreas suscetíveis de exploração, produtividade com utilização de insumos modernos, observância das disposições reguladoras das relações de trabalho e dos contratos agrários.
- E) a pequena e média propriedade rural e a propriedade rural produtiva, de qualquer porte, não podem ser expropriadas pelo Poder Público.

QUESTÃO 41

Sobre o Poder Judiciário:

- A) as decisões administrativas dos Tribunais serão motivadas e tomadas pelo voto da maioria absoluta do Pleno, ou do órgão especial constituído para o exercício das atribuições administrativas.
- B) os juizados especiais serão criados no âmbito da Justiça Federal, dos Estados e do Distrito Federal para a conciliação ou arbitragem, ou julgamento de causas cíveis e comerciais de menor complexidade ou de pequeno valor e de infrações penais de menor potencial ofensivo ou anti-social.
- C) aos Presidentes do Supremo Tribunal Federal, dos Tribunais superiores e dos Tribunais de Justiça, com a aprovação dos respectivos tribunais, compete a iniciativa não exclusiva de propor ao Poder Legislativo correspondente a alteração da organização e da divisão judiciárias.
- D) a exceção dos créditos de natureza alimentícia, bem como de outras obrigações definidas em lei como de pequeno valor, os pagamentos que a Fazenda Federal, Estadual ou Municipal deva fazer em virtude de sentença judicial dependem da expedição de precatórios.
- E) compete à Justiça Federal executar, de ofício, as contribuições sociais incidentes sobre a folha de salários e demais rendimentos do trabalho e seus acréscimos legais decorrentes das sentenças que proferir nas ações oriundas das relações de trabalho propostas por servidores civis contra a União.

QUESTÃO 42

- A) À polícia federal incumbe, sem exclusividade, prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho.
- B) Destinam-se as Forças Armadas à defesa da soberania do Estado e à garantia dos poderes constitucionais, da autoridade e da ordem pública.
- C) O militar da ativa que aceitar ou exercer cargo, função ou emprego público ou civil permanente ficará agregado ao quadro respectivo e será transferido, após dois anos de afastamento, para a reserva, nos termos da lei.
- D) A escusa de consciência para eximir-se do serviço militar ou a recusa à prestação alternativa que lhe for atribuída pelas Forças Armadas sujeita o alistado a outros encargos ou sanções legais, sob pena de perda dos direitos políticos.
- E) Os Municípios poderão instituir polícias civis destinadas exclusivamente ao policiamento ostensivo no seu território e à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei.

QUESTÃO 43

Sobre a organização do Estado brasileiro:

- A) a Câmara Municipal não gastará mais de 70% de sua receita com folha de pagamento incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores, cujo total, a sua vez, não poderá ultrapassar o montante de 5% da receita do Município.
- B) a União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios é vedado criar ou admitir distinções entre brasileiros, ou entre brasileiros e estrangeiros, ou preferências entre si.
- C) os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas por agrupamento de municípios limítrofes, ou congregar cidades ou distritos adjacentes para formar aglomerados urbanos ou microrregiões, destinados a integrar a organização o planejamento e a execução de serviços ou funções públicas de interesse comum.
- D) a União não intervirá nos Estados nem no Distrito Federal, exceto quando, entre outras hipóteses, não tiver sido aplicado o percentual mínimo exigido dos recursos públicos destinado à saúde e à manutenção e desenvolvimento do ensino.
- E) a decretação da intervenção dependerá, no caso de desobediência a ordem ou decisão, judicial, de requisição de Tribunal superior competente ou do Tribunal de Justiça estadual.

QUESTÃO 44

Sobre a administração pública:

- A) somente por lei específica poderão ser criadas autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista e fundação, ou subsidiárias dessas entidades, assim como somente por lei específica poderá qualquer delas participar em empresa privada.
- B) a lei disciplinará as formas de participação do usuário na administração pública indireta regulando especialmente as reclamações sobre a prestação dos serviços ou contra exercício negligente ou abusivo dos seus servidores, o acesso aos registro informações administrativos, e a representação dos usuários junto aos colegiados órgãos de direção.
- C) o servidor público da administração direta ou indireta, no exercício de mandato ele federal, estadual ou distrital, ficará afastado do seu cargo, emprego ou função, podendo optar pela sua remuneração, e terá seu tempo de serviço computado para efeito de promoção na carreira e de benefício previdenciário.
- D) os recursos orçamentários provenientes da economia com despesas correntes, cada órgão, autarquia e fundação, poderão ser aplicados em finalidades específicas, conforme o disciplinar lei da União ou dos demais entes federativos.
- E) ao servidor ocupante exclusivamente de cargo ou função de confiança, ou invés em mandato eletivo, com afastamento de seu cargo, emprego ou função, aplicação regime geral de previdência social.

QUESTÃO 45

Em relação ao Poder Legislativo:

- A) a iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe, entre outros legitimados, aos Presidentes da República, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Supremo Tribunal, em conjunto ou separadamente, na forma e nos casos previstos na Constituição Federal de 1988.
- B) o número total de Deputados, bem como a representação por Estado e pelo Distrito Federal na Câmara dos Deputados, será estabelecido pela Justiça Eleitoral para cada legislatura, proporcionalmente à população, procedendo-se aos ajustes necessários, no ano anterior às eleições, para que nenhuma das referidas bancadas tenha menos de oito nem mais de setenta Deputados.

- C) a iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação de projeto de lei ao Congresso Nacional, às Assembléias Legislativas dos Estados e do Distrito Federal e às Câmaras de Vereadores.
- D) o projeto de lei federal de iniciativa popular exige o apoio mínimo de um por cento dos cidadãos, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de um décimo por cento em cada um.
- E) é suscetível de emenda toda proposição legiferante em trâmite pelo Congresso Nacional.

QUESTÃO 46

Em relação às finanças públicas:

- A) entre as condições para apresentação de emendas ao projeto de lei do orçamento anual, exige-se a indicação dos recursos necessários, provenientes de receitas de capital ou de transposição, remanejamento ou transferência de dotações.
- B) é vedada a abertura de quaisquer créditos adicionais sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.
- C) a lei não poderá autorizar a utilização de recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social para cobrir déficit de empresas, fundações e fundos.
- D) o orçamento fiscal da União e o de investimentos das empresas estatais sob controle de capital votante da União, compatíveis com o plano plurianual, terão, entre suas funções, a de reduzir desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional.
- E) a admissão ou contratação de pessoal pelos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta, inclusive fundacional, só poderão ser feitas se houver autorização legislativa específica, com previsão de dotação orçamentária suficiente e observância dos limites estabelecidos em lei complementar para a despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

QUESTÃO 47

Sobre a seguridade social:

- A) quem participa de regime próprio de previdência não pode filiar-se como facultativo ao regime geral de previdência social.

- B) a previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e filiação obrigatória, baseado na capitalização dos recursos para custeio dos benefícios e prestações, com observância de critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.
- C) as contribuições sociais do empregador, da empresa ou entidade a ela equiparada poderão ter alíquotas progressivas ou base de cálculo diferenciadas, em razão da atividade econômica e do montante da receita ou faturamento e do lucro.
- D) as ações e serviços públicos de saúde constituem um sistema único que obedece a diretrizes elencadas na Constituição Federal de 1988, entre as quais o atendimento descentralizado, a estruturação de uma rede regionalizada, a gestão democrática, com participação da comunidade, a prioridade para ações emergenciais e de prevenção.
- E) o aporte normal de recursos de entidades públicas, como patrocinadoras de entidades fechadas de previdência privada, não poderá exceder ao dobro da contribuição dos segurados.

QUESTÃO 48

Em matéria de organização do Estado:

- A) incluem-se entre os bens dos Municípios (e do Distrito Federal) as águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito em seu território, ressalvadas, neste último caso, as decorrentes de obras da União ou dos Estados.
- B) integram os bens da União a faixa de até cento e cinquenta quilômetros de largura, ao longo das fronteiras terrestres, designadas como faixa de fronteira, e as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, enquanto não demarcadas.
- C) no âmbito da legislação concorrente, existindo lei federal sobre normas gerais e lei estadual específica, é lícito aos Municípios suplementar uma e outra, no que couber.
- D) compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente, entre outras hipóteses, sobre proteção do meio ambiente e responsabilidade por dano ambiental, produção e consumo, propaganda comercial, trânsito e transporte, organização, garantias, direitos e deveres das polícias civis.
- E) a lei complementar poderá autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas das matérias de competência da União.

QUESTÃO 49

Acerca das medidas de defesa do Estado e das Instituições Democráticas:

- A) a decretação do estado de defesa tem em vista preservar ou restabelecer a ordem e a incolumidade públicas, a paz e a segurança coletivas ameaçadas ou afetadas por grave comoção social ou atingidas por calamidades de grandes proporções da natureza.
- B) a decretação do estado de defesa autoriza, entre outras medidas coercitivas, restrições ao direito de reunião, à prestação de informações e à comunicação, e permite, na hipótese de calamidade pública, ocupação e uso temporários de bens e serviços públicos ou privados.
- C) na vigência do estado de sítio, entre outras medidas coercitivas, podem ser adotados o confinamento em localidade determinada, a detenção em edifício não prisional, a censura à imprensa e às comunicações, ou à radiodifusão.
- D) decretado o estado de defesa ou o estado de sítio, a Mesa de cada uma das Casas do Congresso Nacional, ouvidos os Líderes partidários, designará Comissão para acompanhar e fiscalizar a execução das medidas e o respeito às imunidades parlamentares de seus membros.
- E) o estado de defesa e o estado de sítio poderão ser prorrogados até cessarem as razões que justificaram a sua decretação.

QUESTÃO 50

- A) Aos Vereadores, no exercício da vereança, aplicam-se as proibições e incompatibilidades similares às impostas aos membros do Congresso Nacional e das Assembléias Legislativas.
- B) A remuneração dos membros do Poder Legislativo, nas três esferas, será fixada em cada legislatura para vigorar na seguinte, observados os parâmetros constitucionais.
- C) Aplicam-se aos Vereadores, no exercício do mandato e na circunscrição do Município, as imunidades e inviolabilidades de que gozam os representantes estaduais e federais.
- D) São municipais as terras devolutas não definidas em lei como bens da União ou dos Estados.
- E) Os vencimentos dos servidores públicos, excluídas as vantagens de natureza pessoal, podem ser reduzidos por efeito do teto retributivo constitucional.

QUESTÃO 51

Sobre a repartição das receitas tributárias:

- I - Pertencem aos Estados e ao Distrito Federal 20% do produto da arrecadação de qualquer imposto não previsto na Constituição Federal de 1988, que a União venha a instituir por lei complementar, desde que não cumulativo e que não tenha fato gerador ou base de cálculo próprios de outros impostos.**
- II - Pertencem aos Municípios metade do produto da arrecadação do IPVA - imposto sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios e um quarto do ICMS - imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação arrecadado no Estado.**
- III - A União entregará, do produto da arrecadação dos impostos sobre a renda o proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, 21,5% ao Fundo de Participação do Estado e do Distrito Federal, 22,5% ao Fundo do Participação dos Municípios e 3% para aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, através de suas instituições financeiras de caráter regional.**
- IV - A União entregará aos Estados e ao Distrito Federal 10% do produto da arrecadação do imposto sobre produtos industrializados, proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados.**
- V - Os critérios de rateio do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal e do Fundo de Participação dos Municípios serão estipulados em lei complementar, objetivando promover o equilíbrio sócio-econômico entre a diferentes regiões e as unidades da Federação.**

Pode-se afirmar que:

- A) somente I, II, III e IV estão corretos.
- B) somente II, III e IV estão incorretos.
- C) somente III e V estão corretos.
- D) todos estão corretos.
- E) todos estão incorretos.

QUESTÃO 52

Quanto à ordem econômica:

- A) são princípios que informam a ordem econômica a livre iniciativa, a livre concorrência, o regime de liberdade de produção e de mercado, a função reguladora e interventiva do Estado.
- B) a lei reprimirá o abuso do poder econômico que vise à dominação dos mercados ou da produção, à eliminação da concorrência e ao aumento extraordinário dos lucros.
- C) como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, servindo esta de orientação para os setores público e privado.
- D) ressalvados os casos previstos na Constituição Federal de 1988, a exploração direta da atividade econômica pelo Estado só será permitida em setores estratégicos ou por relevante interesse nacional.
- E) constitui monopólio da União a importação e exportação dos produtos e derivados básicos resultantes da refinação do petróleo nacional ou estrangeiro.

QUESTÃO 53

Em relação à educação, ciência e tecnologia, esporte e às comunicações:

- A) o plano nacional de educação visa à integração das ações do poder público que devam conduzir, entre outros resultados, à erradicação do analfabetismo, da repetência e evasão escolar, à universalização do ensino público gratuito e ao atendimento integral da criança e do adolescente.
- B) as ações relativas à disciplina e às competições desportivas serão apreciadas, de forma independente, pela justiça desportiva e pela Justiça Comum.
- C) a União exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino.
- D) parcela da receita orçamentária dos entes federativos será vinculada a instituições públicas de fomento ao ensino e à pesquisa científica e tecnológica.
- E) a participação de qualquer pessoa jurídica no capital social de empresa jornalística ou de radiodifusão só se efetuará através de capital sem direito a voto e não poderá exceder a trinta por cento do capital social.

QUESTÃO 54

Quanto ao Poder Legislativo, no âmbito da competência exclusiva do Congresso Nacional e das competências privativas de suas Casas, é lícito afirmar:

- A) cabe ao Congresso Nacional mudar, temporariamente, a sede do Governo da União.
- B) compete ao Congresso Nacional fixar, para seus membros e para o Presidente da República, subsídios de valor não excedente ao subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.
- C) a cada Casa compete escolher um terço dos membros do Tribunal de Contas da União.
- D) a qualquer das Casas, ou a ambas, incumbe fiscalizar e controlar os atos dos Poderes Executivo e Judiciário.
- E) cabe às duas Casas processar e ao Senado Federal julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade.

QUESTÃO 55

Em matéria de nacionalidade, direitos e partidos políticos:

- A) são brasileiros naturalizados os filhos de estrangeiros, a serviço de seu país de origem, residentes no Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira.
- B) são privativos de brasileiros natos os cargos de Presidente e Vice-Presidente de qualquer dos Poderes da União, de Ministros do Supremo Tribunal Federal e de Ministros de Estado.
- C) são inelegíveis os inalistáveis e os desobrigados de alistar-se, enquanto inalistados.
- D) a perda dos direitos políticos dar-se-á, entre outros casos, por incapacidade civil absoluta, ou em virtude de improbidade administrativa.
- E) os partidos políticos organizam-se com personalidade jurídica de direito público interno, caráter nacional e autonomia para definir sua estrutura e seu funcionamento parlamentar e estabelecer normas de fidelidade e disciplina partidárias, devendo registrar seu estatuto perante o Tribunal Superior Eleitoral.

Subparte 3

DIREITO ADMINISTRATIVO

Instrução para as Questões 56 a 72:

Assinale a alternativa CORRETA.

QUESTÃO 56

- A) Autarquia é pessoa jurídica de direito público com funções inespecíficas sob o ponto-de-vista das atribuições estatais, subordinada ao ente a que se vincula. Tanto as empresas públicas quanto as sociedades de economia mista só podem ser criadas ou terem autorizadas a sua criação por lei específica.
- B) Autarquia é pessoa jurídica de direito público criada por lei, com patrimônio próprio e funções típicas do Estado, sem subordinação hierárquica; até o advento da Emenda Constitucional no 19, publicada no D.O.U. de 5 de junho de 1998, os servidores das autarquias deveriam ser regidos pelo regime jurídico único.
- C) Sociedade de economia mista é a pessoa jurídica de direito público, criada por lei específica mediante proposta pelo Presidente da República, dotada de capital público e privado, com o objetivo de exercer atividades econômicas. Quanto ao seu objeto, as autarquias se distinguem dos demais entes da administração indireta do Estado, por exercitar atividades típicas da Administração Pública.
- D) A fundação pública federal caracteriza-se pela submissão ao Ministério a que se vincula, e pelo exercício de atividades típicas do Poder Público. Até o advento da Emenda Constitucional no 19, publicada no D.O.U. de 5 de junho de 1998, os servidores das fundações públicas deveriam ser regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho.
- E) Empresa pública federal é criada pelo Estado, por lei, para a exploração de atividade econômica sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam em sua maioria à União; somente pode exercer atividade econômica quando houver relevante interesse coletivo ou motivo de segurança pública.

QUESTÃO 57

O instituto da encampação coloca em destaque o princípio da

- A) isonomia.
- B) publicidade.
- C) anterioridade da pena.
- D) supremacia do interesse público.
- E) taxa módica.

QUESTÃO 58

Você foi designado para compor uma comissão de processo administrativo disciplinar em substituição a outro servidor que, no curso dos trabalhos, veio a requerer aposentadoria.

Dos autos consta que:

- processo foi instaurado a pedido de determinado Deputado Federal em vista de ofensa física que teria sofrido por parte de uma servidora, efetiva e estável, integrante do quadro de pessoal da Câmara dos Deputados;
- o Deputado apresentou duas testemunhas do ocorrido, particulares sem vínculo com a Administração Pública, que passavam em frente ao gabinete quando os fatos ocorreram;
- as testemunhas foram intimadas a depor por mandado expedido pelo Presidente da Comissão e confirmam que quando a porta do gabinete abriu a servidora agrediu fisicamente o Deputado, com um tapa no rosto, tendo o mesmo declarado que não aceitaria aquela atitude desrespeitosa;
- a servidora em seu depoimento confirma que agrediu o parlamentar, mas apenas reagiu a uma agressão física que lhe fora dirigida pelo mesmo, no instante imediatamente anterior, enquanto a porta do gabinete estava fechada;
- o depoimento da servidora foi confirmado por um outro servidor, integrante do mesmo gabinete, que preferiu manter-se anônimo para não perder o emprego;
- a servidora, regularmente citada, não apresentou defesa; compareceu à comissão no último dia do prazo para declarar que sabia que tudo aquilo era um "jogo de carta marcadas" e que nada adiantava ela se defender.

Em face do exposto, é correto afirmar:

- A) deverá ser declarado por termo no processo que a servidora é revel, por não ter apresentado a defesa no prazo legal e designado, na forma da lei, defensor dativo.
- B) para defender a indiciada, a Comissão do Processo Administrativo designará um servidor como defensor dativo, que deverá ser ocupante de cargo efetivo superior ou de mesmo nível, ou ter nível de escolaridade igual ou superior ao da indiciada.
- C) o Deputado que requereu a instauração do processo deverá ser indiciado pela Comissão tendo em vista ter ficado apurada a sua conduta irregular.
- D) o depoimento anônimo somente pode ser admitido no processo em condições excepcionais, mediante despacho fundamentado da autoridade instauradora, aplicando-se por analogia o Regimento Interno da Câmara dos Deputados em relação aos processos sigilosos.
- E) o Presidente da Comissão não pode intimar pessoas que não sejam integrantes do quadro de pessoal da Câmara dos Deputados, mas a irregularidade não gera nulidade do ato.

QUESTÃO 59

O mérito do ato administrativo diz respeito a

- A) competência e finalidade.
- B) conveniência e oportunidade.
- C) controle judicial do ato administrativo.
- D) legalidade e anulação.
- E) objeto e competência.

QUESTÃO 60

São obrigações dos usuários do serviço público:

- I - levar ao conhecimento do poder público as irregularidades de que tenha conhecimento, referentes aos serviços prestados.**
- II - comunicar às autoridades competentes os atos ilícitos praticados pela concessionária na prestação do serviço.**
- III - levar ao conhecimento da concessionária as irregularidades de que tenha conhecimento, referentes aos serviços prestados.**

Das afirmativas:

- A) somente I e II são verdadeiras.
- B) somente I e III são verdadeiras.
- C) somente II e III são verdadeiras.
- D) I, II e III são verdadeiras.
- E) I, II e III são falsas.

QUESTÃO 61

A convalidação de um ato pelo Diretor-Geral da Câmara dos Deputados

- A) dispensa motivação.
- B) pode ocorrer se ficarem evidenciados defeitos sanáveis.
- C) pode ser efetivada se acarretar lesão ao interesse público.
- D) pode ser feita com prejuízo a terceiros,
- E) pode ser determinada pelo Poder Judiciário.

QUESTÃO 62

Discorrendo sobre o contrato de gestão, Diógenes Gasparini - Direito Administrativo, Ed. Saraiva, 1999, 5ª ed., p. 581 - assinala que o contrato de gestão teve origem, no Brasil, pelo Decreto Federal nº 1371/91 recebendo severas críticas pela falta de fundamentação legal.

Acerca daquele instrumento é correto afirmar:

- A) na atualidade, ainda carece de fundamentação legal.
- B) impede o controle das ações da entidade pelo Tribunal de Contas da União.
- C) não pode ser firmado com entidades da Administração Direta.
- D) visa assegurar maior autonomia de gestão estabelecendo a eleição direta dos dirigentes da entidade.
- E) cabe à lei dispor sobre o prazo de duração.

QUESTÃO 63

O art. 51, inciso IV, da Constituição Federal de 1988 estabelece que é da competência privativa da Câmara dos Deputados dispor sobre sua polícia. Quanto a esse tema, é correto afirmar que:

- A) essa atividade é desenvolvida pela Polícia Militar do Distrito Federal e pela Polícia Civil do Distrito Federal; os oficiais e delegados têm trânsito livre nos edifícios da Câmara dos Deputados.
- B) essa faculdade corresponde ao poder de que dispõe a Administração Pública de condicionar ou restringir o uso e gozo de bens, atividades e direitos individuais, em benefício da coletividade ou do próprio Estado. No exercício desse poder não cabe *habeas corpus*.
- C) o exercício desse poder tem por atributos a discricionariedade, a auto-executoriedade e a coercibilidade. A auto-executoriedade deve ser conciliada com o direito de defesa.
- D) no exercício desse poder, a Câmara dos Deputados pode aplicar e cobrar de imediato as sanções impositivas de multas, em face do princípio da auto-executoriedade.
- E) a Câmara dos Deputados não tem competência para exercer poder de polícia.

QUESTÃO 64

Em relação aos contratos administrativos é correto afirmar:

- A) os contratos que decorrem de dispensa e inexigibilidade de licitação devem, como regra, ser publicados.
- B) pela Lei nº 8.666/93, os acréscimos de contrato podem ser, em regra, de até 25% do valor do item contratado.
- C) o termo inicial a ser considerado para a atualização do contrato é a data limite estabelecida para apresentação da proposta ou do orçamento a que essa se referir.
- D) os contratos de aluguel em que a Administração seja locatária têm prazo máximo de 60 (sessenta) meses.
- E) a rescisão do contrato deve ser formalmente motivada, não sendo permitido o exercício do contraditório quando houver culpa do contratado.

QUESTÃO 65

Sobre o poder regulamentar:

- A) compete ao Poder Legislativo expedir regulamentos para a fiel execução das leis, se o Poder Executivo não o fizer no prazo legal.
- B) o decreto é o único ato normativo de competência do Poder Executivo.
- C) o Congresso Nacional pode propor ação direta de inconstitucionalidade contra ato normativo do Poder Executivo.
- D) o regulamento pode criar direitos e obrigações para o cidadão.
- E) o decreto do Presidente da República que exorbite do poder regulamentar pode ser susgado pelo Poder Legislativo.

QUESTÃO 66

O princípio da continuidade

- A) autoriza a aplicação -aos contratos administrativos da *exceptio non adimpleti contractus* - consagrada no Código Civil Brasileiro, art. 1.092, "Nos contratos bilaterais, nenhum dos contraentes, antes de cumprida a sua obrigação, pode exigir o implemento do outro".
- B) não se aplica aos serviços públicos remunerados por taxa.
- C) é a causa da limitação do direito de greve no serviço público.
- D) é característica essencial de qualquer serviço público.
- E) obriga a Administração Pública a realizar suas atribuições com rapidez, perfeição e rendimento.

QUESTÃO 67

O plano diretor de reforma do aparelho do Estado considera quatro setores de atuação. Entre os indicados, o Poder Legislativo se enquadra em

- A) atividades exclusivas.
- B) serviços não exclusivos.
- C) setor de produção de bens e serviços para o mercado.
- D) organizações sociais.
- E) núcleo estratégico.

QUESTÃO 68

Sobre a forma dos atos e contratos administrativos é correto afirmar:

- A) a denúncia sobre irregularidades praticadas por servidores deve ser feita por escrito, mas pode ser anônima.
- B) não é admitido o contrato verbal com a Administração Pública.
- C) a licitação é procedimento formal e os atos convocatórios devem ser escritos.
- D) os atos do processo administrativo dependem de forma escrita para sua validade.
- E) o processo administrativo deve ter suas páginas numeradas seqüencialmente, dispensando-se a rubrica de servidor responsável pelo ato.

QUESTÃO 69

Sobre os convênios é correto afirmar:

- A) estes não estão submetidos às disposições da Lei no 8.666/93, que regula as licitações e contratos administrativos.
- B) o convênio dispensa a prestação de contas porque o interesse das partes é comum, mas admite a denúncia como instrumento de cessação de seus efeitos.
- C) quando da conclusão, rescisão ou extinção do convênio, os saldos financeiros remanescentes devem ser devolvidos à entidade ou órgão repassador dos recursos, no prazo improrrogável de trinta dias do evento, sob pena de instauração de tomada de contas especial.
- D) por ser um instrumento de descentralização da atividade do Estado, estes não podem ser firmados entre órgãos do Poder Legislativo.
- E) estes somente podem ser firmados com pessoas jurídicas que integrem a Administração Pública, admitindo-se porém que possuam personalidade jurídica de direito privado. Em se tratando de consórcio administrativo, exige a doutrina que sejam os consorciados de mesma espécie.

QUESTÃO 70

Sobre as agências reguladoras é correto afirmar:

- A) estas integram a Administração Indireta.
- B) seus servidores são regidos pela Lei nº 8112/90.
- C) é dispensável o concurso público para ingresso no quadro de pessoal.
- D) estas estão dispensadas de realizar licitação.
- E) é dispensável lei para a sua criação.

QUESTÃO 71

Sobre o controle externo da Administração Pública é correto afirmar que:

- A) o Tribunal de Contas da União pode, no início ou no curso de qualquer apuração, determinar, cautelarmente, o afastamento temporário do responsável, se existirem indícios suficientes de que, prosseguindo no exercício de suas funções, possa retardar ou dificultar a realização de auditoria ou inspeção, causar novos danos ao erário ou inviabilizar o seu ressarcimento.
- B) o Congresso Nacional pode aplicar multa aos agentes da Administração Pública que causem dano ao erário.
- C) compete privativamente ao Tribunal de Contas da União julgar a legalidade das aposentadorias dos servidores efetivos do Congresso Nacional.
- D) o poder de fiscalização do Congresso Nacional sobre os órgãos do Poder Executivo se faz com exclusão, nos termos da lei, da revisão judicial.
- E) o Poder Legislativo é competente para exercer o controle financeiro e contábil, mas o controle orçamentário compete, em regra, ao Tribunal de Contas da União.

QUESTÃO 72

A Câmara dos Deputados ao firmar um contrato com determinada empresa privada deve, independentemente da natureza do objeto do contrato,

- A) verificar se possui previsão no plano plurianual.
- B) constituir comissão de recebimento.
- C) formalizar o ajuste por instrumento de contrato.
- D) observar se estão sendo mantidas as condições de habilitação.
- E) atentar se a vigência está adstrita ao crédito orçamentário.

Instrução para as Questões 73 a 80: Assinale a alternativa INCORRETA.

QUESTÃO 73

Sobre os princípios do Direito Administrativo:

- A) como regra, o mérito do ato administrativo não está sujeito ao controle judicial.
- B) o Poder Judiciário pode anular um ato que esteja de acordo com a lei, mas seja contrário ao princípio da moralidade e lesivo ao patrimônio público.
- C) o poder da Administração Pública de revogar um ato administrativo é decorrência do princípio da legalidade.
- D) em relação aos atos administrativos milita a presunção de legitimidade, que por lei sofre temperamentos, como ocorre nos temas pertinentes aos contratos e licitações.
- F) na esfera administrativa federal os atos administrativos que dispensem ou declarem a inexigibilidade de processo licitatório devem ser motivados.

QUESTÃO 74

Sobre a licitação:

- A) busca-se a proposta mais vantajosa, depois de garantir a isonomia entre os participantes, motivo pelo qual como regra é vedado indicar marcas ou características exclusivas.
- B) até a fase da habilitação cabe ao licitante desistir da proposta; após a fase da habilitação, só por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão de Licitação.
- C) os licitantes remanescentes podem ser convocados para firmar contrato com a Administração Pública quando o primeiro classificado não o fizer ou quando o primeiro colocado (tiver assinado, mas, na fase da execução, o contrato vier a ser rescindido. Em ambos os casos deve a Administração Pública observar nas contratações remanescentes as mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto ao preço ofertado atualizado.
- D) das cinco modalidades estabelecidas na Lei de Licitações e Contratos - Lei nº 8.666/93 - apenas o prazo de convite é contado em dias úteis; apenas na concorrência se admite o tipo de técnica e preço; a mesma lei veda a criação de outras modalidades de licitação e a combinação das modalidades que estabeleceu.
- E) incumbe à Comissão de Licitação verificar a conformidade dos preços de cada proposta com os preços praticados no mercado ou fixados por órgão oficial competente, ou ainda com os constantes do sistema de registro de preços, e consignar sua manifestação em ata.

QUESTÃO 75

Considerando o direito positivo pátrio quanto a licitação:

- A) trata-se de tema da competência legislativa privativa da União, podendo lei complementar autorizar os Estados a legislarem sobre questões específicas.
- B) para as empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou prestação de serviços, será objeto de regulamentação no respectivo estatuto jurídico a ser definido por lei.
- C) para obras, compras, serviços e alienações, esta pode ser dispensada por lei estadual ou municipal, se forem observados os princípios constitucionais.
- D) para concessão de linhas aéreas deve ser objeto de procedimento específico estabelecido no Código Brasileiro de Aeronáutica.
- E) as obras, serviços, compras e alienações realizadas pelos órgãos do Poder Legislativo de todas as esferas de governo regem-se pelas normas da Lei no 8.666/93, no que couber.

QUESTÃO 76

Após realizar uma licitação, é importante que a Administração Pública, por meio de seus agentes, adote as medidas necessárias para garantir a qualidade no cumprimento do contrato. A Lei nº 8.666/93 dispõe um conjunto de normas que tem esse objetivo. Quanto a esse tema:

- A) a execução do contrato deve ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado. Esse representante deve anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato e adotar providências necessárias para que sejam regularizadas as faltas ou defeitos observados.
- B) uma das causas de rescisão do contrato é o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como das de seus superiores.
- C) se forem necessários ensaios e testes ou forem exigíveis determinadas provas por normas técnicas oficiais, para a boa execução do objeto do contrato, e o edital, o convite ou ato normativo forem omissos a respeito da despesa, essa deverá correr por conta da Administração Pública.
- D) é crime fraudar contrato decorrente de licitação, em prejuízo da Fazenda Pública, entregando uma mercadoria por outra ou alterando substância, qualidade ou quantidade da mercadoria fornecida.

- E) como regra, quando o objeto do contrato administrativo for obras e serviços, o recebimento deve ser feito em duas etapas, provisória e definitivamente. O recebimento provisório não exclui a responsabilidade civil pela solidez da obra ou serviço, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

QUESTÃO 77

Sobre o poder hierárquico:

- A) este existe no âmbito administrativo dos três Poderes de todas as esferas de governo; no Poder Judiciário e no Poder Legislativo existem órgãos que não se vinculam por hierarquia.
- B) do exercício do poder hierárquico decorre a faculdade de dar ordens, de fiscalizar, de rever, de delegar e de avocar; ressalvados os casos de subordinação na própria unidade administrativa que dirige, ou indireta que está sob seu comando, uma autoridade administrativa não detém hierarquia sobre os demais servidores da entidade ou órgão.
- C) um Senador da República não detém hierarquia sobre servidores da Câmara dos Deputados, nem um Deputado Federal pode exercer hierarquia sobre servidores do Senado; no âmbito interno da Câmara dos Deputados, um Deputado Federal não pode, como regra, dar ordens a servidores que não lhe estejam subordinados.
- D) para preservar a hierarquia, os requerimentos devem ser dirigidos à autoridade competente para decidi-los, mas são encaminhados por intermédio da autoridade a que está subordinado o requerente.
- E) o servidor regido pela Lei nº 8.112/90 tem o dever de levar ao conhecimento da autoridade superior as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo, mas não há dever de representar contra o superior hierárquico.

QUESTÃO 78

Sobre o servidor no exercício de cargo em comissão que não seja ocupante de cargo efetivo:

- A) este pode ser punido com advertência e suspensão.
- B) este não poderá retomar ao serviço público federal se for destituído por infringência do art. 132, inciso I, da Lei nº 8.112/90 (crime contra a Administração Pública).

- C) em caso de destituição, se esta decorrer de aplicação irregular de dinheiros públicos, implicará indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, sem prejuízo da ação penal cabível.
- D) a penalidade disciplinar correspondente a destituição de cargo em comissão deve ser aplicada pela autoridade que houver feito a nomeação.
- E) pode este ser exonerado a pedido ou a juízo da autoridade competente.

QUESTÃO 79

É causa de reequilíbrio econômico financeiro do contrato

- A) fato do príncipe.
- B) concordata do contratado.
- C) caso fortuito.
- D) fato previsível, mas de conseqüências incalculáveis.
- E) motivo de força maior.

QUESTÃO 80

Sobre prescrição e decadência:

- A) na forma da Lei nº 8.112/90, o direito de petição prescreve em dois anos, quanto aos atos de demissão e de cassação de aposentadoria ou disponibilidade, ou que afetem interesse patrimonial e créditos resultantes das relações de trabalho; os demais direitos prescrevem em 180 dias.
- B) na forma da Lei nº 8.112/90, conta-se o prazo de prescrição do direito de requerer da data da publicação do ato impugnado ou da data da ciência pelo interessado, quando o ato não for publicado; em relação à ação disciplinar, contudo, o prazo de prescrição começa a correr da data em que o fato se tornou conhecido, mas a abertura de sindicância ou a instauração de processo disciplinar interrompe a prescrição, até a decisão final proferida por autoridade competente.
- C) pela Lei 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da União, o direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé; e, na forma da Lei nº 8.112/90, a administração deverá rever seus atos, a qualquer tempo, quando eivados de ilegalidade.

- D) a Constituição Federal de 1988 determina que a lei deverá estabelecer os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário, mas deixa a salvo as respectivas ações de ressarcimento.
- E) na forma da Lei nº 8.666/93, o licitante que não impugnar o edital perante a Administração, nos termos da lei, decairá desse direito; para o cidadão em geral, contudo, o decurso de prazo definido em lei não gera decadência.